



GAMA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Gama Participações S.A. (“Companhia”), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários, e como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. A Companhia não exerce atividades operacionais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”).

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 16 de fevereiro de 2012.

2.2 - Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.



3. Resumo das políticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

c) Outras contas a receber

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo os rendimentos e, quando aplicáveis, reduzidos aos valores de realização.

d) Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e) Investimento

O investimento está avaliado pelo método de custo, deduzido de provisão para perda, quando aplicável.

f) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

g) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil por ano ou R\$ 20 mil por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

h) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos e contribuições sociais registrados no passivo não circulante, têm como origem a diferença entre os resultados que são base de cálculo destes, apurados pelo regime de caixa, conforme estabelecido pela Secretaria da Receita Federal e os resultados apurados pelo regime de competência, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A realização destes impostos e contribuições diferidos está baseada no fluxo de recebimentos das contas a receber por venda de investimentos.



O valor registrado em 31 de dezembro de 2011 é representado por provisões de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o saldo registrado pela venda de ações da Appi Tecnologia S.A, conforme nota explicativa nº 5.

i) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

j) Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

k) Novos pronunciamentos

A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas demonstrações contábeis os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios a partir de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total dos novos pronunciamentos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

Fundo	Instituição Financeira Administradora	31/12/11		31/12/10	
		Quantidade de Cotas	Valor	Quantidade de Cotas	Valor
Opportunity Top DI	Banco Opportunity	2.972.056,03381	<u>6.625</u>	2.441.260,85355	<u>4.890</u>

5. Contas a receber (circulante e não circulante):

	31/12/11	31/12/10
Parcela a receber decorrente da venda de bônus de subscrição (a)	70	334
Parcela a receber decorrente da venda de investimento (b)	1.554	2.656
	<u>1.624</u>	<u>2.990</u>



(a) Valores a receber pela venda de bônus de subscrição emitidos pela Nexxera Tecnologia e Serviços S.A., realizáveis em 108 parcelas mensais e sucessivas a partir de 15 de abril de 2003, sobre as quais incidem a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGPM acrescidos de juros de 0,5% a.m, com vencimento previsto para 15 de abril de 2012, a serem pagos por Compumarket Comunicação de Dados, Industria, Comércio e Representações Ltda.

(b) Valores a receber pela venda de 147.193 ações ordinárias da Appi Tecnologia S.A. ao preço total de R\$ 3.079, corrigido pelo IPCA e acrescido de juros mensais de 12% ao ano, que serão recebidos em 36 parcelas mensais pagas após o período de carência de 9 meses, totalizado um prazo de 45 meses, a contar de 1 de maio de 2009. No exercício, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.487 (2010 – R\$ 1.283), relativo às parcelas do contas receber pela venda do investimento.

6. Investimento

Representado pela participação de 2,10% no capital social da U-Near S.A., empresa de tecnologia que tem como objetivo o desenvolvimento de soluções que permitem a gestão integrada e personalizada do relacionamento de negócio de outras organizações para os canais de atendimento eletrônico.

7. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social está representado por 14.176.444 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembléia, até o limite de R\$10.000.000 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

8. Instrumentos financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial e mensurou conforme abaixo:



Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco adotados pela Companhia. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia estão classificadas nesta categoria.

Empréstimos e recebíveis:

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo, exceto: (a) aqueles que a entidade tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, os quais devem ser classificados como mantidos para negociação, e os que a entidade no reconhecimento inicial classifica como mensurado ao valor justo por meio do resultado; (b) aqueles que a entidade, no reconhecimento inicial, classifica como disponíveis para venda; ou (c) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente o seu investimento inicial, por outra razão que não a deterioração do crédito, os quais serão classificados como disponíveis para venda. As outras contas a receber da Companhia estão classificadas nesta categoria.

Os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas realizações.

b) Derivativos

A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2011 e de 2010.

9. Serviços do auditor independente

De acordo com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, que não seja o de auditoria externa.

* * * * *